

Jornalismo antirracista e interseccionalidade: uma comunicação para a paz sem ignorar camadas de violência¹

Victor Hugo Moreira do Nascimento²

Rafael de Jesus Gomes³

Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT

Resumo

O presente trabalho discute a necessidade de se construir um jornalismo antirracista mais inclusivo e menos violento. Para tanto, apontam-se os estudos em interseccionalidade como lente fundamental para tal propósito. O artigo propõe uma reflexão sobre de que maneira a imprensa brasileira fala sobre pautas raciais de forma genérica sem levar em consideração os atravessamentos sobre gênero, raça, classe e sexualidade. A partir de uma revisão de literatura, buscamos apontar certa urgência para a produção de uma comunicação que reconheça a complexidade dos contextos sociais e se comprometa com uma ética da escuta e da pluralidade.

Palavra-chave: jornalismo; antirracista; interseccionalidade; paz; comunicação.

Introdução

O jornalismo enquanto prática social, desempenha papel fundamental na formação de opinião, construção de sentidos na realidade, denúncia de injustiças e no processo de letramento e educação social. No entanto, historicamente, a mídia tem seguido um padrão que resulta no apagamento e estereotipação de populações pretas e periféricas. Com isso, se faz necessário um jornalismo pensado não só na informação, mas também na justiça social.

Entender o jornalismo antirracista como um exercício da comunicação não violenta inclui também considerar a interseccionalidade na abordagem de pautas raciais. Isso é, entender que não é uma prática homogênea, mas diversa com aspectos que atravessam cada indivíduo de maneira única considerando gênero, sexualidade, classe social e entre outros fatores sociais.

A interseccionalidade, nesse sentido, não é apenas uma consideração teórica, mas uma ferramenta necessária para ser pensada dentro da prática do fazer jornalístico. Para tanto, discussões que se entrelaçam sobre interseccionalidade, a comunicação para

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 20ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 7º Semestre, do Curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat, email: nascimento.victor@unemat.br

³ Orientador do trabalho, Prof. De Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), e-mail: rafael.gomes@unemat.br

a paz e o jornalismo para a paz acabam permeando esta tentativa de aproximar esses termos ao debate.

A partir das temáticas que envolvem a interseccionalidade, comunicação para a paz e jornalismo para a paz, esperamos fomentar discussões que tragam novas práticas de produção de notícias sem esquecer que critérios de noticiabilidade (Wolf, 2010) como a violência são indispensáveis para a compreensão do universo da informação e do campo dos *media*.

Por que falar em interseccionalidade?!

Collins & Bilge (2020) ao conduzir explicações sobre o termo interseccionalidade, nos afirmam que a compreensão contemporânea sobre isso se deve em especial a Crenshaw (1989) por nos apresentar primeiro a ideia de se trazer aspectos multidimensionais sobre os fenômenos e os objetos em intercomunicação.

É, sobretudo, durante a década de 1990 que se entende que as relações de poder a partir da observação de espaços de resistência, como comunidades negras, em especial mulheres negras, pessoas com deficiência e refugiados acabam se tornando intersecções das práticas de poder, numa perspectiva colonialista.

Ribeiro (2023, p. 05) explica também que é por conta desse ambiente durante a década de 1990 que termos como raça, classe, gênero, orientação sexual, compreendidas aqui como espaços de consolidação de domínio a partir do aspecto sócio-histórico e cultural, se tornam palco para ampliação de debates e a busca de soluções para a compreensão dessas questões.

Além disso, cabe explicar que a ideia de interseccionalidade não pode ser vista somente a partir de um lado. Essas questões são demasiadamente complexas, devido em especial, a uma série de relações que são afetadas nesse contexto. Por exemplo, o fato de numa empresa jornalística, em geral, ser escolhido para coberturas externas em grandes empresas de jornalismo do Brasil, em sua maioria serem feitas por jornalistas negros não é um fato único e exclusivamente isolado, é um projeto cultural e setorial atravessado por diversas violências.

Aqui, Xavier (2021) explica que a construção histórica do jornalismo no Brasil é atravessada por interseccionalidades em que, se prioriza o jornalista branco como centro das relações dentro da redação, quase sempre chefe ou diretor de jornalismo, esses

elementos podem ser encontrados, inclusive como práticas organizacionais socialmente estabelecidas em finais do século XIX e início do século XX.

Barbosa (2010) mostra que na redação do jornal do Brasil do início do século XX, até as estruturas da organização, como os espaços em que diversos profissionais trabalhavam, em geral, para a entrega dos jornais impressos nas casas e na cidade eram, em sua grande maioria, feitos por negros.

Retomando as considerações de Hill Collins e Bilge (2020), é também preciso compreender que quando falamos sobre interseccionalidade, também estamos falando sobre práticas de ativismo que transcendem o espaço/tempo em que estão acontecendo. As autoras citam o exemplo da ativista indiana Saviribai Puhle (1831 – 1897) como uma das primeiras feministas documentadas na história ao questionar, entre outras coisas, o predomínio das castas sociais entre as mulheres. Mas não é só isso, ao defender o espaço destinado às mulheres indianas, Puhle também atuou ativamente a partir de uma melhoria da educação, das condições de trabalho e do aumento salarial. Perfazendo o que se compreende como uma ação multidimensional da interseccionalidade.

Assim, partimos para o conceito geral desenvolvido para as autoras sobre interseccionalidade que:

[...] investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana, como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras- são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente, A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins; Bilge, 2020, p.16)

Sendo assim, como explicar as diversas intersecções que envolvem o trabalho jornalístico a partir da compreensão de práticas antirracistas e em relação a comunicação para a paz e o jornalismo para a paz? Aqui, apresentamos algumas discussões que tentam trazer algumas ideias a respeito.

Por que falar de Paz também é falar de violências:

Não é de hoje que a cobertura midiática sobre violência chama a atenção. Aliás, em meio à programação contemporânea, é preciso considerar que falar de violência vende audiência e, nesse contexto, é natural que a dinâmica que envolve discuti-la, entender seus efeitos e por que somos rotineiramente bombardeados por esses assuntos contribuem para aumentar ainda mais a busca por conteúdos desse gênero.

Em uma sociedade que desde o século XIX se reconhece através dos meios de comunicação, a representação da violência chama a atenção, como um critério de noticiabilidade basilar (Traquina, 2012) e assim, transformando-o em elemento cultural. Glassner (2003), em *A Cultura do Medo*, mostra que qualquer cobertura que envolva/enfoque um conteúdo violento rapidamente chama a atenção do público. Isso evidencia o quanto a concepção de violência se relaciona diretamente com a cultura, haja vista que ela é elemento que faz parte de uma dimensão comunicacional (Barbero, 2003).

Assim, enquanto sociedade, somos condicionados a pensar e agir com violência em todos os contextos sociais. Traremos aqui novamente a interseccionalidade como aporte teórico para compreender como isso acontece no campo midiático: enquanto, explora-se a representação da violência no cotidiano dos *media*, negros, são representados como promotores dessas violências indicando uma incidência perversa e determinista sobre o negro como violento (Xavier, 2021).

Assim, é possível refletir que esse não é um fato isolado, na medida em que a cultura de violência incide, desde criança, nas representações sociais do que é e de como esse cenário ocorre.

Mas, é possível sair dessa esteira? Há algum caminho? Para muitos pesquisadores, talvez estejam relacionados aos *Peace Studies* (Estudos para a paz). Nesse sentido, essa corrente de estudos surge então como uma proposta para, senão mudar, ao menos propor alternativas para a construção de pensamento que leve à paz como um processo contínuo de transformação da sociedade.

Ou seja, os Estudos para a paz representam um esforço de pesquisadores no mundo inteiro para discutir a paz, não apenas em relação a sua contraparte (guerra) mas sim, para todos os elementos que envolvem reconhecer no cotidiano, formas de

violência incorporadas, assimiladas, reiteradas e, dessa forma, distribuídas em todos os contextos da vida.

O que são os “Peace Studies”

Os *Peace Studies* (Estudos para a Paz) representam um esforço de pesquisadores no mundo inteiro para discutir a paz, não apenas em relação ao seu desígnio antagônico (guerra) mas sim, para todos os elementos que envolvem reconhecer no cotidiano, formas de violência incorporadas, assimiladas, reiteradas e, dessa forma, distribuídas por todos.

Frisa-se aqui que quando se enxerga um discurso midiático que se vale da misoginia para propalar suas ideias, este já o faz, valendo-se da violência discursiva e tudo o que pode advir disso: homofobia, violência doméstica, sionismo, só para citar alguns exemplos. Ainda que os estudos para a paz tenham surgido como resposta aos estudos sobre a guerra, é preciso relativizar que, em tempos em que não há conflito declarado, o discurso violento é rotineiramente propalado em diversos momentos do cotidiano.

No ambiente acadêmico, as relações internacionais concentram grande parte dos estudos que envolvem a guerra e a paz. Neles, é possível perceber que seus esforços se concentram na causa, nas origens, na forma como a guerra é construída e quais os caminhos que podem ser executados para alcançar um nível de segurança (paz) aqui vista não como solução final, mas sim, como um recurso momentâneo para barrar a sanha individual ou coletiva entre os entes beligerantes.

Magnoli (2006) afirma que os primeiros estudos sobre a guerra possuem tradição tão antiga quanto a história da humanidade. A “arte da guerra” é explorada por diversos autores, como Sun Tzu (2002). Cada qual explica sobre o papel da tática, da estratégia, para alcançar seus objetivos. Nesse sentido, os estudos que buscam tratar sobre a guerra, na verdade, ressaltam que é através dela que a paz é somente alcançada.

Dessa forma, é sobretudo a partir da década de 50 do século passado que o homem passa a olhar mais empiricamente para o papel da paz e do conflito como campo de estudo e que, por isso mesmo, merecia mais atenção científica. Segundo Oliveira (2017), é nos EUA que surgem os primeiros núcleos de estudo sobre resolução de conflitos, como o *Center for Research on Conflict Resolution* em 1957 (p. 04).

Mas é na década seguinte e no continente europeu que a palavra paz (ainda utilizada moderadamente pelos estudos norte-americanos) ganha prospecção, sobretudo nas mãos do *International Peace Research Institute Oslo*, em 1959, tendo Johan Galtung como seu maior expoente. Cabe aqui fazer uma observação muito pertinente à qual Oliveira discorre (2017):

Nas origens desse projeto encontrava-se, portanto, a pretensão de desenvolver uma “ciência normativa” da paz, dentro da qual o rigor analítico e o respeito aos protocolos científicos de validação do conhecimento seriam temperados pela ideia de que a violência e a guerra têm um valor negativo — devendo, desse modo, ser rejeitadas ou, pelo menos, reduzidas — e que a produção teórica deveria contribuir, na prática, para a prevenção, a mitigação e a resolução dos conflitos violentos. (Oliveira, 2017, p. 05)

Ou seja, em suas origens, as propostas iniciais que os estudos para a paz buscavam levar era a da rigidez científica, em que seria necessário encontrar métodos e mecanismos para se compreender como a narrativa negativa, da violência, do conflito poderiam ser substituídas por um valor positivo, uma abordagem alternativa da narrativa, uma forma de olhar a história não a partir da violência, mas, pela solução e pela paz.

E com isso, é nítida a busca pela quebra da narrativa realista e belicista com que a tradição dos estudos em Relações Internacionais discorre sobre a guerra. A máxima “Se queres a paz, prepara-te para a guerra” que militam diversos de seus estudos é substituída para “Se queres a paz, prepara-te para a paz” defendida pelos estudos para a paz e, ao mesmo tempo, transformando a palavra paz não mais em uma simples busca, mas sim em um real objetivo tangível que deveria figurar não só nas relações entre países, mas, no comportamento cotidiano social.

E, por isso mesmo, Galtung (1984), afirma que falar a palavra paz é um ofício que não deve se restringir exclusivamente a determinadas áreas do conhecimento. Para o autor, o caráter multidisciplinar com que os estudos para a paz se apresentam demanda múltiplos olhares. Ou seja, a realidade social que envolve o homem em suas mais diversas esferas também se traduz na necessidade de se discutir a paz por diversos atores e ciências, e entre elas, o jornalismo.

O Jornalismo para a Paz: ontem e hoje

Galtung (1969) em tempos de Guerra Fria e passados menos de 30 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, começou a se preocupar com a narrativa com a qual os jornais da época produziam as notícias, em especial, sobre como eram noticiados os conflitos. Para o autor, a prisão ao factual com que os jornalistas são colocados na rotina produtiva nas redações os impedem de desenvolver outras narrativas mais positivas e que consigam propor uma alternativa à visão beligerante com a qual se colocava o comportamento da mídia à época. O jornalismo para a paz deveria se contrapor a essa realidade.

Anos mais tarde, Galtung e Fischer (2002), em “*O Jornalismo entre a Guerra e a Paz*” enumeram diversas atividades e ações para as quais o jornalista deveria se colocar frente à condução de uma notícia que brinda o conflito em vez da paz. Para os autores, percebe-se que trabalhar com o termo jornalismo para a paz se assemelharia muito mais a um “Jornalismo Medicinal” em busca de uma solução e que o jornalismo de guerra se preocupa mais na “escolha sobre quem torcer no conflito”. Na palavra dos autores:

Los periodistas de guerra tienden a centra su información sólo em las dos partes enfrentadas diretamente y em el área donde ocorre la violència. [...] La fuente del problema no está necessariamente em el lugar donde se revela (Galtung & Fischer, 2002, Online)⁴

Os autores comparam como é abordada a comunicação esportiva. Aqui, não no intuito de menosprezar a prática, mas de que a narrativa busca espelhar vencedores e vencidos e, de certa forma, estabelece uma “preferência” entre as partes. Ou seja, a máxima sobre a necessidade de se manter isento na cobertura jornalística ou, o mais próximo da objetividade, sem tomar partido, vem se tornando uma prática cada vez mais esquecida pelos jornalistas e pelas redações na contemporaneidade. Os autores enxergam que o jornalismo para a paz só terá futuro se aprender a dialogar com o jornalismo de guerra e encontrar nele uma forma de diálogo para, dessa forma, propor uma mudança efetiva.

E por isso mesmo, o jornalismo para a paz se apresenta como uma alternativa, o desenvolvimento de uma prática metodológica capaz de se colocar frente ao modelo

4

Em:

<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-jornalismo-entre-a-guerra-e-a-paz/>>
acesso em 20/04/2025.

tradicional de produção de notícias, mas que é consciente do seu papel e de suas ações. Ele estaria imbuído de oferecer uma forma de pensamento mais condizente com as necessidades de promoção da paz e da comunicação não-violenta, ao mesmo tempo, em que buscam entender os contornos que envolvem a violência e os conflitos.

Quando aliamos as propostas da interseccionalidade defendidas por Collins & Bilge (2020) com as do jornalismo para a paz. Pode-se pensar em algumas propostas como: exemplificar os atravessamentos que propiciaram às comunidades negras a enfrentarem mais dificuldades sociais e, por isso mesmo, mais alvo de violências. Como, no universo LGBTQIAPN+, questões como estabilidade social e etarismo são negligenciados ou apagados midiaticamente, a representação da mulher negra ora como responsável pela situação de violência acometida a seus filhos. Esses exemplos ajudam a pensar em coberturas que, embora tratem de assuntos violentos, através do jornalismo para a paz, poderiam ser enxergadas com outras lentes apontadas para uma perspectiva decolonial e integradora.

Felippe (2004) afirma que centrar a informação na violência sem a contextualizar empobrece a discussão e não dá a oportunidade ao leitor de entender os contextos que envolvem o conflito e nem também de oferecer soluções para a sua resolução, uma vez que simplesmente envolver a produção somente nas imagens, e na oficialidade das fontes nesse material transforma essa informação em um espetáculo.

Galtung (1997) defende que o jornalismo de guerra está muito próximo do discurso da polaridade. Ou seja, para ele não se apresentam agravantes e nem outros elementos que contextualizam e corporificam o conflito, o que daria uma pluralidade de vozes, de opiniões e consequentemente, de opções para a promoção da paz. Ao contrário, para o autor, a dualidade das produções noticiosas em que há sempre um bem ou um mal acaba ofuscando a informação e, por isso mesmo, surge muito mais uma plateia de “torcedores” e não de questionadores em busca da solução.

E por isso mesmo, o profissional deveria “pensar fora da caixa”, conforme Wandscheer (2008)

[...] o jornalista deve ir além do factual, sem se contentar em relatar “imparcialmente” os fatos, tendo em vista que a imparcialidade, em alguns casos, é uma forma de parcialidade. O jornalista procura prevenir a ocorrência de guerra ou de uma maior violência dentro desta. O Jornalismo para a Paz é multidimensional, mostra de que

forma os fatos ocorreram, o que é essencial para se formar qualquer idéia de como mudá-los (WANDSCHEER, 2008, p. 27)

Nesse sentido, cabe salientar que o jornalismo para a paz apresenta práticas e propostas que devem ser trabalhadas por todos os jornalistas. Os profissionais devem buscar a oferta de uma visão que fuja à realidade conflituosa, mas não sem deixar de noticiá-la. Que circula na distribuição do jornalismo na contemporaneidade, sem viciá-lo nesse cenário. Isso significa um empenho que envolve não só os setores que envolvem a prática jornalística, mas, nesse sentido, também a sociedade para a qual o jornalismo deve se reportar.

Considerações finais

Diante disso, um jornalismo não violento exige mais do que boas intenções, exige escuta ativa, compromisso ético e uma transformação consciente das práticas midiáticas e pensar na interseccionalidade (Collins & Bilge, 2020) enquanto ferramenta é indispensável para uma prática que considere todos os atravessamentos sociais dos sujeitos para uma construção de narrativas mais justa e plural.

Com isso, os estudos para paz e o jornalismo para a paz convergem como uma proposta efetiva de produção de notícias mais justas. Uma comunicação que não apenas denuncie a violência, mas que participe da construção de uma cultura de paz que considere raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros, como elementos centrais das narrativas dos sujeitos na produção jornalística e, ao mesmo tempo, ofereça uma prática decolonial e integradora entre os sujeitos sociais.

Para isso, é necessário entender a violência para que se trate da paz, questionar os padrões que perpetuam na mídia e propor novas estratégias sobre a realidade. Não se trata de representar a violência de gênero como um problema social e que represente o negro como o principal promotor, mas sim de entender as circunstâncias sociais, culturais, e porque não, coloniais de onde isso foi gerado. Entende-se, assim, que o jornalismo não é ingênuo ou descuidado ao conflito, mas sim que busca entender sua complexidade para instauração de práticas antagônicas e não de espetáculo.

Sendo assim, é urgente que a comunicação, em específico o jornalismo, se comprometa, como uma área de produção de sentidos, com práticas que valorizem a não violência, a humanidade e a diversidade. Uma nova cultura, que se ao menos não

repudiar a violência que pelo menos diminua sua adoração, pode e deve ser uma prática constante de transformação social, e pensar interseccionalidade e um jornalismo antirracista a partir da prática da comunicação para a paz são caminhos possíveis e necessários para a construção de comunicação verdadeiramente pacífica.

Referências

- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 266 p
- COLLINS, Patricia Hill, BILGE, Sirma **Interseccionalidade** - tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020
- GALTUNG, J. **Peace by Peaceful Means**. London: SAGE, 1996.
- GALTUNG, J. Twenty five Years of peace research: Ten challenges and some responses. **Berghof Stiftung Winklerstr.** 4A. 1000. Berlin, 33. 1984.
- GALTUNG, J. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.
- GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. São Paulo: Editora Francis, 2003.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. **Os conceitos de paz e violência cultural: contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos**. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social*, Barcelona, v. 13, n. 2, p. 169–177, jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v13n2.1068>.
- OLIVEIRA, Gilberto de Carvalho. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. In: *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 148-172
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo** – Porque as notícias são como são. 3. ed. vol. I. Florianópolis: Insular, 2012.
- WANDSCHEER, Lisiane Análise da cobertura jornalística do crime organizado nos jornais Folha de São Paulo e O Globo com base no jornalismo para a paz. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) –Fac. de Comunicação Social, PUCRS, Porto Alegre, 2008.
- WOLF, M. **Teorias das Comunicações de Massa** – Trad. Karina Janini. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- XAVIER, Juarez. Entrevista concedida a João Elias Nery. In: *Revista PAULUS – Revista de Comunicação da FAPCOM*. v. 5. n. 9. Jul. 2021. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/454/425> Acesso em: 07 jun. 2025.